

HABEAS CORPUS Nº 501.959 - GO (2019/0092935-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : RICARDO PITHER DE SOUSA SANTIAGO
ADVOGADO : RICARDO PITHER DE SOUSA SANTIAGO - GO034011
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : ADEMIR DA COSTA SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ADEMIR DA COSTA SANTOS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (HC n. 5046787.15.2019.8.09.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente, em 6/8/2018, por suposta infração dos arts. 33 e 39, ambos da Lei n. 11.343/2006, por, participar, em tese, de organização criminosa voltada ao tráfico interestadual de entorpecentes.

Impetrado *habeas corpus* na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 139):

HABEAS CORPUS. ARTIGOS 33, 35,36 E 40, INCISO V, TODOS DA LEI Nº 11.343/06. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA O FIM DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. INOCORRÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. Inexiste ilegalidade por excesso de prazo quando, embora ultrapassado os 148 dias previstos no Ofício 0042/2011/ASSJ, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás, o feito se mostrar complexo ante a pluralidade de réus (trinta e oito no total) e multiplicidade de crimes, além da necessidade de expedição de cartas precatórias, circunstâncias que demandam maior prazo para a formação da culpa. ORDEM DENEGADA.

Na presente impetração, alega a defesa excesso de prazo da segregação cautelar, que perdura 240 dias. Requer, liminarmente e no mérito, a soltura do paciente, com ou sem aplicação de cautelares alternativas.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa

a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

No caso, o exame do alegado constrangimento confunde-se com a análise do próprio mérito da irresignação, a ser realizada oportunamente pelo órgão colegiado, sendo certo que, ao menos em juízo de cognição sumária e perfunctória, não diviso ilegalidade flagrante a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque a jurisprudência desta Casa firmou a compreensão de que não é possível realizar uma análise meramente aritmética do excesso de prazo no processo, sendo necessário apreciar detidamente as peculiaridades da situação concreta, providência inviável nesta etapa preliminar.

Diante disso, é imprescindível minuciosa análise dos elementos de convicção juntados aos autos.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator